



**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
SECRETARIA DA FAZENDA**

EDITAL DE CONCURSO PÚBLICO Nº 01/2006

**AGENTE FISCAL DO
TESOURO DO ESTADO**

PROVA BLOCO II
20 DE AGOSTO DE 2006
TURNO DA MANHÃ

Nº de Inscrição

Nome do Candidato

DIREITOS AUTORAIS RESERVADOS.
Proibida a reprodução, ainda que parcial, sem a prévia autorização da FAURGS.



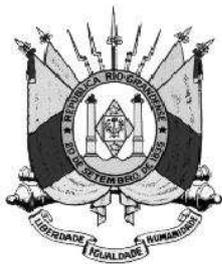
ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
SECRETARIA DA FAZENDA

EDITAL DE CONCURSO PÚBLICO Nº 01/2006

GABARITO FINAL APÓS RECURSOS

AFTE – BLOCO II

01.	C	21.	A	41.	D	61.	E
02.	D	22.	A	42.	E	62.	D
03.	D	23.	C	43.	E	63.	B
04.	E	24.	D	44.	B	64.	E
05.	C	25.	A	45.	D	65.	D
06.	D	26.	B	46.	A	66.	B
07.	ANULADA	27.	B	47.	C	67.	E
08.	B	28.	B	48.	B	68.	E
09.	A	29.	A	49.	E	69.	D
10.	E	30.	B	50.	B	70.	E
11.	D	31.	C	51.	A		
12.	A	32.	C	52.	D		
13.	A	33.	ANULADA	53.	B		
14.	D	34.	C	54.	A		
15.	B	35.	E	55.	C		
16.	C	36.	B	56.	C		
17.	A	37.	A	57.	E		
18.	B	38.	D	58.	B		
19.	C	39.	C	59.	D		
20.	D	40.	C	60.	C		



INSTRUÇÃO

01. Verifique se este CADERNO DE PROVA corresponde ao Concurso Público para o qual você está inscrito. Caso não corresponda, solicite ao Fiscal da sala que o substitua.
02. Esta PROVA consta de **70** questões objetivas.
03. Caso o CADERNO DE PROVA esteja incompleto ou apresente qualquer defeito, solicite ao Fiscal da sala que o substitua.
04. Para cada questão objetiva existe apenas **uma** alternativa correta, a qual deverá ser assinalada, com caneta esferográfica, de cor **azul**, na FOLHA DE RESPOSTAS.
05. Preencha com cuidado a FOLHA DE RESPOSTAS, evitando rasuras. Eventuais marcas feitas nessa FOLHA a partir do número 71 serão desconsideradas.
06. Durante a prova, não será permitido ao candidato qualquer espécie de consulta em livros, códigos, revistas, folhetos ou anotações, nem o uso de telefone celular, transmissor/receptor de mensagem ou similares e calculadora.
07. Ao terminar a prova, entregue a FOLHA DE RESPOSTAS ao Fiscal da sala.
08. A duração da prova é de **3 horas e 30 minutos**, já incluído o tempo destinado ao preenchimento da FOLHA DE RESPOSTAS. Ao final desse prazo, a FOLHA DE RESPOSTAS será **imediatamente** recolhida.
09. O candidato somente poderá retirar-se do recinto da prova após transcorridas 2 (duas) horas do seu início.
10. A desobediência a qualquer uma das recomendações constantes nas presentes instruções poderá implicar a anulação da prova do candidato.

Boa Prova!

01. Uma empresa do ramo imobiliário deseja saber o custo para construção de 10 casas, sendo que 4 (quatro) unidades têm a mesma área construída e as demais casas têm o dobro desta área. Os custos orçados para o referido empreendimento totalizaram R\$ 800.000,00.

O custo das seis unidades com o dobro da área é de

- (A) R\$ 500.000,00.
- (B) R\$ 480.000,00.
- (C) R\$ 600.000,00.
- (D) R\$ 650.000,00.
- (E) R\$ 700.000,00.

02. A empresa ABC está pensando em adotar um sistema de custeio direto. A direção pediu ao contador para informar que efeito a adoção do custeio direto teria sobre os estoques. Com base no último período, foram produzidas 50.000 unidades e sobraram no estoque 15.000 unidades. O contador informou os seguintes saldos:

Materiais diretos.....	R\$ 250.000,00
Mão de obra direta.....	R\$ 285.000,00
Custos indiretos de produção	
variáveis.....	R\$ 175.000,00
fixos.....	R\$ 85.000,00
Despesas administrativas.....	R\$ 50.000,00

Utilizando o método do custeio por absorção e o do custeio direto, qual o custo a ser atribuído para as 15.000 unidades em estoque?

	absorção	direto
(A)	R\$ 238.500,00	R\$ 160.500,00
(B)	R\$ 253.500,00	R\$ 213.000,00
(C)	R\$ 253.500,00	R\$ 160.500,00
(D)	R\$ 238.500,00	R\$ 213.000,00
(E)	R\$ 238.500,00	R\$ 85.500,00

03. A empresa EMBALAGENS S.A. fabrica caixas de papelão na sua linha de produção para a indústria de calçados. Para a referida linha, o padrão para a mão-de-obra é de 3 minutos por unidade ao valor de R\$ 20,00 por hora.

Durante o período, foram produzidas 2.300.000 caixas, consumindo 118.000 horas de mão-de-obra. O valor desta mão-de-obra direta é de R\$ 19,00 por hora. Para análise de desempenho, as diferenças entre tempos de mão-de-obra e preços desta mão-de-obra expressas em valores são, respectivamente,

- (A) favorável R\$ 54.000,00 e favorável R\$ 118.000,00.
- (B) desfavorável R\$ 54.000,00 e desfavorável R\$ 118.000,00.
- (C) desfavorável R\$ 60.000,00 e favorável R\$ 20.000,00.
- (D) desfavorável R\$ 60.000,00 e favorável R\$ 118.000,00.
- (E) favorável R\$ 60.000,00 e desfavorável R\$ 118.000,00.

04. A empresa ALFA S.A produz três produtos diferentes, para o que utiliza a mesma matéria-prima.

As principais informações são apresentadas a seguir:
(valores unitários em R\$)

produtos	I	II	III
custos variáveis	560	693	420
custos fixos	210	168	140
custo total	770	861	560
preço de venda	1.120	1.400	980
Consumo de matéria-prima	4 kg/unid.	5 kg/unid.	4 kg/unid.

Em determinado período, a empresa tem somente 252 kg de matéria-prima. A demanda para estes produtos é de 28 unidades no período e a comissão sobre vendas é de 10%.

Para maximizar o lucro, a quantidade de unidades de cada produto a ser produzida neste período será

	<u>I</u>	<u>II</u>	<u>III</u>
(A)	28	28	28.
(B)	28	11	28.
(C)	21	14	14.
(D)	14	28	28.
(E)	0	28	28.

05. Determinada empresa pretende estabelecer uma nova unidade fabril. Estudos técnicos efetuados revelaram ser absolutamente inviável uma jornada acima de 20 horas diárias de trabalho. Para este grau de ocupação, considerado o máximo da empresa, foram estimados os seguintes dados:

Receita R\$ 8.750,00
Custo variável..... R\$ 5.000,00

Admite-se a proporcionalidade dos dados acima aos diversos graus de ocupação. Os custos fixos da empresa são de R\$ 2.000,00. Com base nos elementos fornecidos, indique a margem de contribuição total e o resultado total para uma ocupação de 80%.

	<u>margem de contribuição</u>	<u>resultado total</u>
(A)	R\$ 3.000,00	R\$ 2.000,00
(B)	R\$ 2.000,00	R\$ 1.400,00
(C)	R\$ 3.000,00	R\$ 1.000,00
(D)	R\$ 3.000,00	R\$ 1.400,00
(E)	R\$ 1.500,00	R\$ 500,00

06. Uma empresa adquiriu uma unidade pelo valor de R\$ 250.000,00 e deseja uma rentabilidade sobre o empreendimento de 5% ao mês. A projeção do preço de venda de seu novo produto é de R\$ 16,00 por unidade. Projetou para o mesmo produto um custo variável de R\$ 9,00 por unidade e custos diretos com vendas de 20%. Os custos e despesas fixas totalizam R\$ 10.300,00 por mês. Diante destas informações, o Ponto de Equilíbrio Econômico é de

- (A) 1.869 unidades.
- (B) 2.710 unidades.
- (C) 3.257 unidades.
- (D) 6.000 unidades.
- (E) 7.125 unidades.

07. Para elaboração de um relatório pelo conceito de custeio direto,

- (A) incluem-se somente os custos diretos na demonstração de resultados.
- (B) elimina-se a conta de estoque de produtos em elaboração.
- (C) comparam-se os custos variáveis com a receita e tratam-se os custos fixos como custos do período.
- (D) tratam-se todos os custos como custos do período.
- (E) considera-se a variação de estoques de produtos em elaboração.

08. A loja PREÇO LTDA. tem um faturamento de R\$ 40.000,00. Os impostos diretos com vendas e comissões somam 20%. As despesas fixas (média mensal) da loja totalizam R\$ 10.000,00. A loja adquiriu produtos cujo valor unitário é de R\$ 9,00 e deseja vender com uma rentabilidade de 8% após o imposto de renda, cuja alíquota é de 20 %.

O preço de venda unitário e o *Mark-up* (multiplicador) do custo são, respectivamente,

- (A) R\$ 19,00 e 2,111.
- (B) R\$ 20,00 e 2,222.
- (C) R\$ 21,00 e 2,333.
- (D) R\$ 22,00 e 2,444.
- (E) R\$ 24,00 e 2,667.

09. A empresa BETA previu, no seu orçamento de vendas, um volume de vendas de 4.000 unidades e uma receita de vendas no valor total de R\$ 120.000,00. No mesmo período, realizou uma venda de 3.500 unidades ao preço de R\$ 40,00 por unidade. Com base nas informações, indique as diferenças de quantidade e de preço em valores monetários.

	<u>quantidade em R\$</u>		<u>preços em R\$</u>
(A) desfavorável	15.000,00	favorável	35.000,00
(B) desfavorável	15.000,00	favorável	40.000,00
(C) favorável	15.000,00	desfavorável	40.000,00
(D) favorável	15.000,00	favorável	35.000,00
(E) desfavorável	15.000,00	desfavorável	35.000,00

10. Qual a alternativa que contém, exclusivamente, contas pertencentes ao Ativo Circulante ?

- (A) Bancos Conta Movimento – Duplicatas Descontadas – Receitas Financeiras.
- (B) Duplicatas Descontadas – Bancos Conta Movimento – Adiantamentos de Clientes.
- (C) Adiantamentos de Clientes – Adiantamentos aos Fornecedores – Duplicatas Descontadas.
- (D) Adiantamentos de Clientes – Duplicatas Descontadas – Despesas do Exercício Seguinte.
- (E) Adiantamentos aos Fornecedores – Duplicatas Descontadas – Despesas Pagas Antecipadamente.

11. Qual a alternativa que contém, exclusivamente, contas pertencentes ao Ativo Permanente ?

- (A) Gastos Diferidos – Depreciação Acumulada – Despesas Pagas Antecipadamente.
- (B) Terrenos para Investimentos – Depreciação Acumulada – Antecipação de Clientes.
- (C) Gastos Pré-operacionais – Juros Pagos Antecipadamente – Receitas Imobiliárias Futuras.
- (D) Depreciação Acumulada – Benfeitorias em Prédios de Terceiros de Caráter Permanente – Veículos para o Uso de Transporte de Matéria-Prima.
- (E) Veículos para o Uso de Transporte de Matéria-Prima – Depreciação Acumulada – Despesas com Empréstimos Compulsórios.

12. Qual a alternativa que contém uma conta classificada no Patrimônio Líquido que apresenta saldo de natureza devedora ?

- (A) Ações em Tesouraria.
- (B) Ações de Empresas Emergentes.
- (C) Capital Social Subscrito e Integralizado.
- (D) Reservas para Contingência.
- (E) Reservas de Lucros a Realizar.

13. As aplicações de recursos em despesas que contribuirão para a formação do resultado de mais de um exercício social são classificadas no

- (A) Ativo Permanente Diferido.
- (B) Ativo Permanente Imobilizado de Curto Prazo.
- (C) Ativo Permanente Imobilizado de Longo Prazo.
- (D) Ativo Permanente Investimentos de Curto Prazo.
- (E) Ativo Permanente Investimentos de Longo Prazo.

14. O Princípio Contábil que preceitua que a contabilidade é mantida para as empresas e que o patrimônio dos sócios não se confunde com o da empresa é o Princípio

- (A) do Custo como Base de Valor.
- (B) da Oportunidade.
- (C) da Prudência.
- (D) da Entidade.
- (E) do Custo.

15. “Os componentes do patrimônio devem ser registrados pelos valores originais das transações com o mundo exterior, expressos a valor presente na moeda do País, que serão mantidos na avaliação das variações patrimoniais posteriores, inclusive quando configurarem agregações ou decomposições no interior da entidade.” Este é o enunciado do Princípio Contábil

- (A) do Custo Contábil.
- (B) do Registro pelo Valor Original.
- (C) da Atualização Monetária.
- (D) do Registro pelo Valor Original Corrigido.
- (E) da Atualização Monetária e Contábil.

16. A melhor definição de capital circulante líquido é a diferença entre

- (A) o ativo permanente imobilizado e o patrimônio líquido.
- (B) o ativo permanente e o patrimônio líquido.
- (C) o ativo circulante e o passivo circulante.
- (D) o ativo permanente e o patrimônio líquido, desde que o ativo permanente seja maior do que zero.
- (E) o ativo permanente e o patrimônio líquido, desde que o patrimônio líquido seja maior do que zero.

Instrução: Considere os dados patrimoniais da empresa RIO DO SUL LTDA. para responder às questões **17** e **18**.

- Caixa – R\$ 2.000,00;
- Contas a Receber de Clientes – R\$ 23.000,00;
- Depreciação Acumulada – R\$ 5.000,00;
- Duplicatas Descontadas – R\$ 13.000,00;
- Estoque de Mercadorias para Revenda – R\$ 18.000,00;
- Financiamento Bancário de Curto Prazo – R\$ 10.000,00;
- Fornecedores – R\$ 12.000,00;
- Máquinas e Equipamentos – R\$ 35.000,00;
- Veículos – R\$ 30.000,00.

17. O total do ativo circulante é

- (A) R\$ 30.000,00.
- (B) R\$ 34.000,00.
- (C) R\$ 35.000,00.
- (D) R\$ 43.000,00.
- (E) R\$ 56.000,00.

18. O valor do patrimônio líquido é

- (A) R\$ 65.000,00.
- (B) R\$ 68.000,00.
- (C) R\$ 73.000,00.
- (D) R\$ 81.000,00.
- (E) R\$ 90.000,00.

19. Com relação à revogação e anulação de atos administrativos, assinale a alternativa correta.

- (A) A revogação de atos administrativos não pode ser feita por simples motivo de conveniência e oportunidade.
- (B) A anulação de atos administrativos somente pode ser feita pelo Poder Judiciário.
- (C) A revogação de atos administrativos pode ser feita por qualquer dos poderes, desde que se trate do desempenho de atividade administrativa.
- (D) A anulação e a revogação, como regra, operam com efeito *ex tunc*.
- (E) A anulação e a revogação, como regra, operam com efeito *ex nunc*.

20. Em relação a improbidade administrativa, considere as afirmações abaixo.

- I. Não são considerados atos de improbidade administrativa os que atentam contra os princípios da Administração Pública.
- II. Para fins de sujeição à lei de improbidade administrativa, pode ser considerado agente público aquele que exerce, ainda que sem remuneração e em caráter transitório, função pública na Administração Direta.
- III. No caso de enriquecimento ilícito, também o terceiro eventualmente beneficiado poderá perder bens e valores acrescidos ao seu patrimônio.

Quais estão corretas?

- (A) Apenas I.
- (B) Apenas II.
- (C) Apenas I e III.
- (D) Apenas II e III.
- (E) I, II e III.

21. Com relação à Ação Popular, considere as afirmações abaixo.

- I. Dentre as causas de nulidade de atos, estão o desvio de finalidade, a incompetência, a inexistência dos motivos e o vício de forma.
- II. O cidadão não tem legitimidade ativa para propor a ação.
- III. Não poderá ser proposta contra pessoas jurídicas com personalidade jurídica de direito privado.
- IV. Não é cabível a suspensão liminar do ato impugnado, por força da presunção de legalidade.

Quais estão corretas?

- (A) Apenas I.
- (B) Apenas II.
- (C) Apenas I e III.
- (D) Apenas II e IV.
- (E) Apenas I, III e IV.

22. Com relação à alienação de bens públicos, assinale a alternativa correta.

- (A) Na alienação de bens imóveis, é dispensada a licitação no caso de dação em pagamento.
- (B) Na alienação de bens móveis, não existem causas de dispensa de licitação.
- (C) Com relação à alienação de bens imóveis de entidades paraestatais, a regra é não haver necessidade de licitação.
- (D) Na alienação de bens móveis, fica dispensada a licitação no caso de permuta entre órgão e entidades da Administração Pública e particulares.
- (E) Na alienação de bens imóveis, não está dispensada a licitação nos casos de inventadura.

23. Considere as afirmações abaixo quanto a tombamento.

- I. O tombamento de coisa pertencente à pessoa natural ou à pessoa jurídica de direito privado não poderá ser compulsório.
- II. Em nenhuma hipótese, a coisa tombada poderá sair do país.
- III. Depois de tombada, a coisa pertencente a particular poderá ser alienada.

Quais estão corretas?

- (A) Apenas I.
- (B) Apenas II.
- (C) Apenas III.
- (D) Apenas II e III.
- (E) I, II e III.

24. Sobre os Poderes de Estado, assinale a alternativa correta.

- (A) São Poderes da União: Legislativo, Executivo, Judiciário e Ministério Público Federal.
- (B) No âmbito estadual, o Ministério Público, apesar da autonomia orçamentária, está vinculado ao Poder Executivo.
- (C) No Brasil, a Constituição Federal não pode prever regras de composição de Poderes Estaduais.
- (D) O Ministério Público não é um dos Poderes da República Federativa do Brasil.
- (E) O Poder Executivo em nível de governo estadual é exercido pelos governadores, prefeitos e seus secretários.

25. Com relação à Administração Direta, considere as afirmações abaixo.

- I. A Administração Direta está integrada na estrutura administrativa do Poder Executivo em âmbito Federal, Estadual e Municipal.
- II. Os Ministérios e as Secretarias Estaduais e Municipais têm personalidade jurídica própria.
- III. Por regime de Descentralização Administrativa, entende-se a política de repartição de funções em vários órgãos despersonalizados.

Quais estão corretas?

- (A) Apenas I.
- (B) Apenas II.
- (C) Apenas I e III.
- (D) Apenas II e III.
- (E) I, II e III.

26. Com relação à Administração Indireta, é correto afirmar que

- (A) as autarquias estão subordinadas aos ministérios e ostentam personalidade jurídica de direito privado.
- (B) as empresas públicas poderão ter capital não exclusivo da União.
- (C) sociedade de economia mista não poderá ser constituída sob a forma de sociedade anônima.
- (D) as agências reguladoras não poderão ser criadas como autarquias em regime especial.
- (E) a empresa pública não poderá constituir-se sob a forma de sociedade autônoma.

27. O ato que declara como de utilidade pública determinado imóvel para fins de desapropriação tem efeito

- (A) expropriatório.
- (B) declaratório.
- (C) acautelatório.
- (D) permanente.
- (E) constitutivo.

28. Considere as afirmações abaixo, sobre a concessão e permissão de serviços públicos.

- I. O poder concedente não poderá intervir na concessão, devendo, se for o caso, extingui-la de plano.
- II. A encampação extingue a concessão com a retomada do serviço com base no interesse público, exigindo lei autorizativa específica e prévia indenização.
- III. A transferência do controle societário da concessionária sem prévia anuência do poder concedente implicará a anulação da concessão.
- IV. A caducidade da concessão ocorre com o advento do termo contratual.

Quais estão corretas?

- (A) Apenas I.
- (B) Apenas II.
- (C) Apenas I e III.
- (D) Apenas II e IV.
- (E) Apenas I, III e IV.

29. Com relação à Licitação, considere as afirmações abaixo.

- I. A pena por devassar o sigilo de proposta apresentada em procedimento licitatório é de detenção, de dois a três anos, e multa.
- II. O Princípio do Julgamento Objetivo impõe à Administração o dever de realizar a licitação sempre no tipo menor preço.
- III. Não é admitido o contrato verbal com a Administração Pública.

Quais estão corretas?

- (A) Apenas I.
- (B) Apenas II.
- (C) Apenas III.
- (D) Apenas I e II.
- (E) I, II e III.

30. Com relação à Administração Pública, assinale a alternativa correta.

- (A) É vedada a acumulação remunerada de cargos públicos, em qualquer hipótese.
- (B) Os atos de improbidade administrativa importam, dentre outras conseqüências, na perda do cargo público e no ressarcimento ao erário.
- (C) Pelo Princípio da Publicidade, não pode haver sigilo com relação a documentos públicos.
- (D) Os estrangeiros não podem ocupar cargos, funções ou empregos públicos.
- (E) O Presidente da República não pode, em nenhuma hipótese, editar regulamentos autônomos.

31. Com relação à estabilidade dos servidores nomeados para cargo de provimento efetivo, assinale a alternativa correta.

- (A) Serão estáveis após dois anos de efetivo exercício, dependendo de aprovação no Estágio Probatório.
- (B) Somente poderão perder o cargo mediante sentença judicial transitada em julgado.
- (C) Invalidada por sentença judicial a demissão do servidor estável, será ele reintegrado.
- (D) Se extinto o cargo, o servidor estável poderá ser demitido, desde que devidamente indenizado.
- (E) O servidor será reintegrado caso seja invalidada por sentença judicial sua exoneração.

32. Sobre o consórcio público, considere as seguintes afirmações.

- I. O consórcio público firmado exclusivamente entre entes da Federação somente poderá adquirir personalidade jurídica de direito público.
- II. Os consórcios públicos poderão ser integrados pela iniciativa privada, desde que adquiram personalidade jurídica de direito privado.
- III. No cumprimento de seus objetivos, o consórcio público poderá promover desapropriações e instituir servidões.

Quais estão corretas?

- (A) Apenas I.
- (B) Apenas II.
- (C) Apenas III.
- (D) Apenas I e III.
- (E) Apenas II e III.

33. Com relação ao controle das contas públicas, considere as afirmações abaixo.

- I. Os Tribunais de Contas auxiliam o Poder Legislativo no controle interno no Poder Executivo.
- II. Os Tribunais de Contas não exercem fiscalização sobre a Administração Indireta.
- III. As decisões dos Tribunais de Contas não podem ter eficácia de título executivo.

Quais estão corretas?

- (A) Apenas I.
- (B) Apenas II.
- (C) Apenas III.
- (D) Apenas I e III.
- (E) Apenas II e III.

34. Com relação à Ação Civil Pública, analise as afirmações abaixo.

- I. Não pode ter como objeto a condenação em dinheiro.
- II. Dentre os legitimados para propô-las, não estão as autarquias e empresas públicas.
- III. Para instrução da inicial, o Ministério Público poderá instaurar e presidir inquérito.

Quais estão corretas?

- (A) Apenas I.
- (B) Apenas II.
- (C) Apenas III.
- (D) Apenas I e III.
- (E) Apenas II e III.

35. Conturbado pela separação judicial litigiosa e pelos sucessivos fracassos de seu time de futebol, o técnico em computação XVA da Secretaria da Fazenda desinteressou-se de seu trabalho e passou a ingerir substâncias etílicas com frequência. Absolutamente desatento, descuidado e agindo com imprevidência, XVA inseriu dados inverídicos no sistema informatizado da Administração Pública, causando danos públicos de monta.

Ciente da ocorrência, o setor jurídico concluiu que XVA praticou uma

- (A) conduta dolosa penalmente típica.
- (B) conduta dolosa penalmente atípica.
- (C) conduta preterdolosa penalmente atípica.
- (D) conduta preterculposa penalmente típica.
- (E) conduta culposa penalmente atípica.

36. Na posse dos livros mercantis de certa fundação de direito privado, o contador WRT dispôs-se a examiná-los para fins de conferência acerca da regularidade da escrita fundacional, visando à celebração de contratos futuros em benefício da entidade. Durante a análise, WRT decidiu alterar arbitrariamente o teor de um dos livros, suprimindo parágrafos inteiros de três atas de reuniões da diretoria e, também, alterou os valores de balanços juntados a outro dos livros, tudo com a intenção de prejudicar a instituição.

O contador WRT praticou o crime de

- (A) supressão documental.
- (B) falsificação de documento público.
- (C) falsidade ideológica.
- (D) falsificação de documento particular.
- (E) falsidade material de papel privado.

37. Na repartição municipal de indústria e comércio, o funcionário BLK exigiu que um vendedor ambulante lhe entregasse R\$ 5.000,00 para a clandestina "caixinha" do setor, destinada a arrecadar recursos para ajudar os servidores parcamente remunerados. Diante da imposição feita pelo funcionário, a vítima resistiu à exigência e, como BLK insistisse em obrigá-lo a entregar o dinheiro, não restou outra alternativa ao munícipe senão procurar a Polícia.

O funcionário público municipal BLK praticou o crime de

- (A) concussão.
- (B) corrupção ativa.
- (C) extorsão indireta.
- (D) condescendência criminosa.
- (E) corrupção passiva.

38. Faltando 122 dias para o término da legislatura municipal e faltando 31 dias para a data das eleições municipais, o vereador presidente de uma câmara municipal ordenou e executou uma série de atos administrativos que acarretaram um aumento total das despesas com o pessoal da casa na ordem de cem por cento, tudo por temer não reeleger-se.

Processado, o vereador infrator está sujeito a uma pena de

- (A) detenção, de 1 a 2 anos.
- (B) detenção, de 2 a 3 anos.
- (C) reclusão, de 1 a 3 anos.
- (D) reclusão, de 1 a 4 anos.
- (E) reclusão, de 2 a 6 anos.

39. Valendo-se funcionalmente de seu cargo, o funcionário público DKB patrocinou diretamente seus interesses particulares perante a Administração Fazendária, ao ajustar com um deputado estadual o não lançamento de imposto devido pelo parlamentar, em troca de emprego para seu filho no Parlamento.

O funcionário fazendário praticou um fato ilícito tipificado no Brasil como

- (A) crime contra as finanças públicas.
- (B) crime contra a ordem econômica.
- (C) crime contra a ordem tributária.
- (D) crime contra as relações de consumo.
- (E) crime contra a administração pública.

40. O direito de crédito do portador de boa-fé de um título de crédito deve ser exercido mediante apresentação do documento, de acordo com o que nele estiver inserido, e este direito não poderá ser restringido ou destruído em virtude de relações existentes entre o devedor do título de crédito e o possuidor anterior. Pela ordem, o texto refere-se aos seguintes princípios cambiais:

- (A) autonomia, literalidade e cartularidade.
- (B) literalidade, cartularidade e autonomia.
- (C) cartularidade, literalidade e autonomia.
- (D) cartularidade, autonomia e literalidade.
- (E) autonomia, cartularidade e literalidade.

41. O termo legal da falência é o período anterior à decretação da quebra, que serve de referência para a auditoria dos atos praticados pelo falido antes da falência que possam ser contrários ou frustrar os objetivos do processo falimentar.

Considerando o texto acima, assinale a alternativa correta.

- (A) A nulidade dos atos praticados pelo falido somente poderá ser decretada em ação revocatória.
- (B) A nulidade dos atos praticados pelo falido poderá ser decretada de ofício pelo juiz.
- (C) A ineficácia dos atos praticados pelo falido somente deverá ser decretada em ação revocatória.
- (D) A ineficácia objetiva dos atos praticados pelo falido poderá ser decretada de ofício pelo juiz, e a ineficácia subjetiva, em ação revocatória.
- (E) A ineficácia subjetiva dos atos praticados pelo falido poderá ser decretada de ofício pelo juiz, e a ineficácia objetiva, em ação revocatória.

42. Em relação à coligação de sociedades, o Novo Código Civil admite

- (A) apenas o controle direto e o controle indireto.
- (B) apenas o controle direto, a coligação e a participação relevante.
- (C) apenas o controle direto, a coligação e a simples participação.
- (D) o controle direto, o controle indireto, a coligação e a participação relevante.
- (E) o controle direto, o controle indireto, a coligação e a simples participação.

43. João, José e Pedro formaram uma sociedade limitada, com capital social de R\$ 100.000,00, sendo R\$ 50.000,00 subscrito e integralizado por João; R\$ 25.000,00 subscrito e integralizado por José; R\$ 25.000,00 subscrito por Pedro, sendo R\$ 5.000,00 integralizado no ato. A parte do capital social não integralizada poderá ser exigida

- (A) somente de Pedro, porque os demais sócios já integralizaram as suas partes subscritas no capital social.
- (B) somente de João porque ele é o sócio que detém a maior participação no capital subscrito.
- (C) somente de João e José porque Pedro decidiu não integralizar a parte faltante do capital.
- (D) de todos os sócios na proporção que cada um detém do capital social subscrito.
- (E) integralmente de qualquer sócio.

44. A transformação, cisão, fusão e incorporação são mutações societárias que resultam na

- (A) modificação e/ou criação de uma ou mais sociedades que não sucederão aos direitos e às obrigações das sociedades transformadas, cindidas, fusionadas e incorporadas.
- (B) modificação e/ou criação de uma ou mais sociedades que sucederão aos direitos e às obrigações das sociedades transformadas, cindidas, fusionadas e incorporadas.
- (C) modificação e/ou criação de uma ou mais sociedades, sendo que na transformação e na incorporação há sucessão nos direitos e nas obrigações das sociedades transformadas e incorporadas, enquanto na fusão e na cisão não há sucessão nos direitos e nas obrigações das sociedades fusionadas e cindidas.
- (D) modificação e/ou criação de uma ou mais sociedades, sendo que na transformação e na cisão há sucessão nos direitos e nas obrigações das sociedades transformadas e cindidas, enquanto na incorporação e na fusão não há sucessão nos direitos e nas obrigações das sociedades incorporadas e fusionadas.
- (E) modificação e/ou criação de uma ou mais sociedades, sendo que na transformação e na fusão há sucessão nos direitos e nas obrigações das sociedades transformadas e fusionadas, enquanto na cisão e na incorporação não há sucessão nos direitos e nas obrigações das sociedades cindidas e incorporadas.

45. O poder de produção de normas constitucionais no seio da Federação, exercível pelos Estados-membros, tem predominantemente recebido, na doutrina brasileira, a denominação técnica de

- (A) poder constituinte instituído estadual.
- (B) poder constituinte originário estadual.
- (C) poder constituinte instituído de segundo grau.
- (D) poder constituinte decorrente.
- (E) poder constituinte instituído interno.

46. NÃO está entre os princípios que a Constituição da República arrola, literalmente, como um de seus "fundamentos"

- (A) a segurança jurídica.
- (B) a dignidade da pessoa humana.
- (C) o pluralismo político.
- (D) a soberania.
- (E) os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa.

47. Considere as seguintes proposições, concernentes a direitos previstos na Constituição.

- I. direitos de participar da vida política, a começar pelo direito de votar e de ser votado
- II. direitos de, mormente os mais necessitados, receberem do Estado prestações positivas que assegurem uma existência digna
- III. direitos de exercer poderes, reconhecidos e resguardados pela ordem jurídica, de agir, livre e responsabilmente, diante do Estado e da Sociedade

A quais desses direitos a Constituição dedica, precipuamente, o capítulo intitulado "Dos direitos e deveres individuais e coletivos"?

- (A) Apenas aos da proposição I.
- (B) Apenas aos da proposição II.
- (C) Apenas aos da proposição III.
- (D) Apenas aos das proposições I e II.
- (E) Apenas aos das proposições II e III.

48. A denominada Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental vem a ser

- (A) uma ação, nas omissões do poder público, para forçá-lo a executar em concreto determinado preceito fundamental da Constituição.
- (B) uma ação direta de inconstitucionalidade, com caráter subsidiário.
- (C) um pedido ao juiz singular ou aos tribunais, visando a obter do poder público o cumprimento de um preceito fundamental da Constituição.
- (D) uma alegação do autor, em sede de controle incidental de constitucionalidade, para comprovar o descumprimento de um preceito fundamental da Constituição.
- (E) um instrumento legal recente, introduzido para facilitar o trâmite da ação declaratória de constitucionalidade.

49. O princípio de que "são Poderes da União, independentes e harmônicos entre si, o Legislativo, o Executivo e o Judiciário", significa hoje, principalmente, que

- (A) os Poderes, na realidade concreta da política, serão sempre capazes de atuar de forma equilibrada, tendendo naturalmente a preservar a independência recíproca e a harmonia em suas relações.
- (B) as instituições jurídicas dotadas, constitucionalmente, de independência e de competência próprias são, somente, o Legislativo, o Executivo e o Judiciário, em seus sentidos estritos.
- (C) essa divisão é aplicável inteiramente às três esferas da Federação, vale dizer, não só à União, mas também aos Estados e aos Municípios.
- (D) continua inteiramente válida e aplicável, ao Brasil, por força da Constituição da República, a divisão dos poderes tal como imaginada pelo Barão de Montesquieu em meados do século XVIII.
- (E) a Constituição, em sua aplicação, deve ser interpretada sempre no sentido da preservação de um clima respeitoso de independência, equilíbrio e entendimento entre os três Poderes.

50. No que tange à invalidade do negócio jurídico, assinale a alternativa mais consentânea com o Código Civil vigente.

- (A) É anulável o negócio jurídico quando não revestir a forma prescrita em lei.
- (B) É anulável o negócio jurídico por vício resultante de erro, dolo, coação, estado de perigo, lesão ou fraude contra credores.
- (C) É nulo o negócio jurídico quando o motivo determinante de uma das partes for ilícito.
- (D) É nulo o negócio jurídico quando tiver por objetivo fraudar lei dispositiva.
- (E) É permitido ao juiz suprir as nulidades do negócio jurídico, se as partes, de comum acordo, o requererem.

51. O complexo de relações jurídicas de uma pessoa, dotado de valor econômico, constitui

- (A) uma universalidade de direito.
- (B) uma fundação.
- (C) uma comunhão de valores.
- (D) uma sociedade não personificada .
- (E) um portfólio jurídico.

52. NÃO é direito real

- (A) a servidão.
- (B) a superfície.
- (C) a habitação.
- (D) a posse.
- (E) o direito do promitente comprador do imóvel.

53. Considere as afirmações quanto aos procedimentos de auditoria interna, segundo a NBC T-12.

- I. Os procedimentos de auditoria interna são os exames, incluindo testes de observância e testes substantivos, que permitem ao auditor interno obter provas suficientes para fundamentar suas conclusões e recomendações.
- II. Os testes de observância visam à obtenção de evidência quanto à suficiência, exatidão e validade dos dados produzidos pelos sistemas de informações da Entidade.
- III. Os testes substantivos visam à obtenção de uma razoável segurança de que os controles internos estabelecidos pela administração estão em efetivo funcionamento, inclusive quanto ao seu cumprimento pelos funcionários da Entidade.
- IV. As informações que fundamentam os resultados da auditoria interna são denominadas de "evidências", que devem ser suficientes, fidedignas, relevantes e úteis, de modo a fornecerem base sólida para as conclusões e recomendações.

Quais estão corretas?

- (A) Apenas I e II.
- (B) Apenas I e IV.
- (C) Apenas II e IV.
- (D) Apenas I, II e IV.
- (E) II, III e IV.

54. Segundo a NBC P1 – Normas Profissionais de Auditor Independente, a guarda da documentação para fins de fiscalização do exercício profissional deve ser

- (A) pelo prazo de 5 (cinco) anos, a partir da data da emissão do parecer.
- (B) pelo prazo de 3 (três) anos, a partir da data da emissão do parecer.
- (C) pelo prazo de 5 (cinco) anos, a partir da data da publicação do parecer.
- (D) pelo prazo de 3 (três) anos, a partir da data da publicação do parecer.
- (E) pelo prazo de 2 (dois) anos, a partir da data da publicação do parecer.

55. Um auditor possui informações suficientes e de valor muito relevante para formar a opinião de que as demonstrações financeiras não representam adequadamente a posição patrimonial e financeira, o resultado das operações, as mutações do patrimônio líquido e as origens e a aplicação de recursos. De acordo com os princípios fundamentais de contabilidade, assinale a alternativa que melhor identifica o tipo de parecer que ele deve emitir.

- (A) Parecer sem ressalvas ou limpo.
- (B) Parecer com ressalvas.
- (C) Parecer adverso.
- (D) Negativa de parecer.
- (E) Parecer padrão.

56. O sistema de controle interno de uma empresa é a combinação de políticas, procedimentos, sistemas operacionais, de informação e outros instrumentos mantidos pela administração. De acordo com esta perspectiva, relacione as colunas a seguir.

- (1) Confiabilidade
 - (2) Tempestividade
 - (3) Salvaguarda de Ativos
 - (4) Prevenção e Detecção de Roubos e Fraudes
- () Os bens de uma organização representam a aplicação de seus recursos; dessa forma, compreende-se que devem ser protegidos de qualquer ato que venha a prejudicá-los.
- () As informações devem ser atuais e exatas, pois são imprescindíveis no momento da tomada de decisões.
- () Não é aceitável na atividade empresarial a ocorrência de ações de natureza escusa.
- () As informações devem ser corretas para que as operações possam ser executadas de forma adequada.

A seqüência numérica correta de preenchimento dos parênteses da segunda coluna, de cima para baixo, é

- (A) 2 – 3 – 1 – 4.
- (B) 4 – 3 – 2 – 1.
- (C) 3 – 2 – 4 – 1.
- (D) 2 – 1 – 4 – 3.
- (E) 1 – 3 – 2 – 4.

57. Em auditoria, considera-se risco quando o auditor pode concluir e opinar que as demonstrações financeiras refletem corretamente a situação econômico-financeira e patrimonial da empresa, quando na realidade não refletem. Entre os riscos de auditoria, existe o de que erros importantes, individualmente ou em conjunto, não sejam identificados pelos testes substantivos. Este risco corresponde ao

- (A) risco inerente.
- (B) risco de controle.
- (C) risco de segregação de função.
- (D) risco de testagem amostral.
- (E) risco de detecção.

58. É correto afirmar que a auditoria que incide em todos os níveis de gestão sob o ponto de vista da economia, eficiência e eficácia, nas suas fases de execução e supervisão é a

- (A) auditoria administrativa.
- (B) auditoria operacional.
- (C) auditoria interna.
- (D) auditoria contábil.
- (E) auditoria integrada.

59. O auditor, durante o inventário, observa o trabalho de um grupo que toma nota das quantidades constantes nos rótulos de tambores fechados do produto XYZ. Qual a precaução que as pessoas que participam desta tarefa **NÃO** necessitam ter em mente?

- (A) Verificar se não existem tambores sem lacre do fabricante ou com lacre violado.
- (B) Através de verificação física, certificar-se de que os tambores estão cheios.
- (C) Conferir as especificações anotadas nos rótulos.
- (D) Identificar a mercadoria com os dizeres "não inventariar".
- (E) Anotar o peso líquido e não o bruto.

60. A auditoria em contas de resultado **NÃO** tem como objetivo

- (A) determinar se todas as receitas, os custos e as despesas atribuídos ao período estão devidamente comprovados e contabilizados.
- (B) determinar se todas as receitas, os custos e as despesas não atribuídos ao período ou que beneficiem exercícios futuros estão corretamente diferidos.
- (C) determinar se todas as receitas, os estoques e as despesas têm condições de realização e se estão devidamente comprovados e contabilizados.
- (D) determinar se as receitas, os custos e as despesas estão contabilizados de acordo com os Princípios Fundamentais de Contabilidade, em bases uniformes.
- (E) determinar se as receitas, os custos e as despesas estão corretamente classificados nas demonstrações contábeis, e se as divulgações cabíveis foram expostas por notas explicativas.

61. Considere os itens abaixo sobre a finalidade dos papéis de trabalho da auditoria.

- I. Fornecer um registro escrito permanente do trabalho efetuado.
- II. Fornecer informações importantes com relação ao planejamento contábil, financeiro e fiscal.
- III. Servir de evidência para fundamentar o relatório emitido.
- IV. Fornecer aos encarregados a oportunidade de avaliar os atributos dos membros da equipe.

Quais estão corretos?

- (A) Apenas I, II e III.
- (B) Apenas I, II e IV.
- (C) Apenas II, III e IV.
- (D) Apenas I, III e IV.
- (E) I, II, III e IV.

62. Conforme as Normas Brasileiras de Auditoria Independente, a continuidade normal das atividades da entidade auditada deve merecer especial atenção do auditor, tanto no planejamento dos seus trabalhos, ao analisar os riscos de auditoria, quanto na execução dos seus exames. Qual o prazo suficiente de evidência de normalidade para a caracterização dessa continuidade?

- (A) Um ano após a emissão do parecer de auditoria.
- (B) Dois anos após a emissão do parecer de auditoria.
- (C) Dois anos após a data das demonstrações contábeis.
- (D) Um ano após a data das demonstrações contábeis.
- (E) Um ano após o exame dos eventos subseqüentes às demonstrações contábeis.

63. Amostragem de auditoria é a aplicação de procedimentos de auditoria sobre parte da totalidade dos itens que compõem o saldo de uma conta, ou classe de transações, para permitir que o auditor obtenha e avalie a evidência de auditoria sobre algumas características dos itens selecionados, para formar, ou ajudar a formar, uma conclusão sobre a população. É importante reconhecer que certos procedimentos de auditoria aplicados na base de testes não estão dentro da definição de amostragem. **NÃO** se considera amostragem de auditoria

- (A) a seleção a cada dez bens do controle patrimonial para fins de testes de cálculo da depreciação.
- (B) a aplicação de procedimentos de auditoria a todos os itens dentro de uma população que tenham uma característica particular.
- (C) o teste de validação de contas a receber, através da estratificação dos saldos superiores a R\$ 2.000,00.
- (D) a seleção dos dez maiores saldos de Fornecedores para envio de carta de confirmação de saldos (circularização).
- (E) a seleção de dez funcionários aleatórios da folha de pagamento para teste da provisão de férias e 13º salário.

64. Conforme as Normas Brasileiras de Auditoria Independente, estimativa contábil é uma previsão quanto ao valor de um item, a qual considera as melhores evidências disponíveis, incluindo fatores objetivos e subjetivos, quando não exista forma precisa de apuração. Esta previsão requer julgamento na determinação do valor adequado a ser registrado nas Demonstrações Contábeis. As estimativas contábeis são de responsabilidade

- (A) do departamento financeiro.
- (B) do departamento contábil.
- (C) da auditoria interna.
- (D) da auditoria independente.
- (E) da administração da entidade.

65. Com relação à norma NBC T 11.14 – Transações com Partes Relacionadas, assinale a afirmação **INCORRETA**.

- (A) As normas contábeis sobre partes relacionadas exigem que as relações e as transações com essas partes sejam, adequadamente, divulgadas nas Demonstrações Contábeis.
- (B) A existência de partes relacionadas ou transações com tais partes pode afetar as Demonstrações Contábeis. Por exemplo, a não-apropriação de forma correta dos valores de rateio de despesas administrativas afeta o resultado de uma entidade relacionada.
- (C) A fonte de evidência de auditoria afeta a avaliação de sua confiabilidade por parte do auditor. Pode-se depositar um grau maior de confiança na evidência de auditoria obtida de terceiros que não forem partes relacionadas.
- (D) As evidências suficientes para identificar as partes relacionadas, podem ser obtidas pelo auditor no decorrer do exercício social subseqüente.
- (E) Uma transação com partes relacionadas pode ser motivada por condições diferentes das condições normais do negócio.

66. Conforme as Normas Brasileiras de Auditoria Independente, quando da execução de procedimentos de auditoria para a identificação de passivos não-registrados e contingências, o Auditor Independente deve obter evidências para os seguintes assuntos, desde que relevantes, **EXCETO**

- (A) a existência de uma condição ou uma situação circunstancial ocorrida, indicando uma incerteza com possibilidade de perdas ou ganhos para a entidade.
- (B) o volume das operações.
- (C) o período em que os passivos foram gerados.
- (D) o grau de probabilidade de um resultado favorável ou desfavorável.
- (E) o valor ou a extensão de perda ou ganho potencial.

67. De acordo com as Normas Brasileiras de Auditoria Independente, o auditor deve considerar determinadas situações de eventos subseqüentes ao período que está sendo auditado.

Considere os itens a seguir.

- I. os eventos ocorridos entre a data do término do exercício social e a data da emissão do parecer
- II. os eventos ocorridos depois do término do trabalho de campo e da emissão do parecer, e antes da divulgação das Demonstrações Contábeis
- III. os eventos conhecidos após a divulgação das Demonstrações Contábeis

Quais deles indicam eventos subseqüentes a serem considerados pelo auditor?

- (A) Apenas I.
- (B) Apenas II.
- (C) Apenas III.
- (D) Apenas I e III.
- (E) I, II e III.

68. No decorrer da auditoria, a administração da entidade auditada faz declarações ao auditor, espontaneamente ou em resposta a indagações específicas. Quando essas declarações estão relacionadas com assuntos que sejam significativos para as Demonstrações Contábeis, o auditor deve cumprir determinados procedimentos.

Assinale com **D** os procedimentos que devem ser cumpridos pelo auditor e com **N** os que não devem.

- () buscar evidência comprobatória de auditoria com base em fontes dentro e fora da entidade
- () avaliar se as declarações feitas pela administração são razoáveis e consistentes com outras evidências de auditoria obtidas, incluindo outras declarações.
- () substituir uma evidência de auditoria por uma declaração da administração
- () analisar se as pessoas que fazem as declarações podem ser consideradas bem informadas sobre assuntos específicos sob os quais emitiram suas declarações

A seqüência correta de preenchimento dos parênteses, de cima para baixo, é

- (A) N – N – D – N.
- (B) N – D – N – D.
- (C) D – N – D – D.
- (D) D – D – D – N.
- (E) D – D – N – D.

69. No decorrer do planejamento de auditoria, em consonância às Normas Técnicas de Auditoria Independente, o auditor deve

- (A) realizar testes detalhados em todas as contas.
- (B) inventariar fisicamente os estoques da empresa auditada.
- (C) testar a folha de pagamento, prevenindo, desta forma, eventuais contingências trabalhistas.
- (D) detalhar as práticas contábeis adotadas pela entidade e as alterações procedidas em relação ao exercício anterior.
- (E) efetuar testes de confirmação de saldos dos registros contábeis em confronto com os saldos dos controles internos.

70. Considere os seguintes procedimentos no que se refere à supervisão dos trabalhos da equipe técnica durante a execução da auditoria.

- I. Avaliar o cumprimento do planejamento e do programa de trabalho.
- II. Avaliar se as tarefas distribuídas à equipe técnica estão sendo cumpridas no grau de competência exigido.
- III. Avaliar se os trabalhos foram adequadamente documentados e os objetivos dos procedimentos técnicos alcançados.

Quais devem ser seguidos pelo auditor?

- (A) Apenas I.
- (B) Apenas II.
- (C) Apenas III.
- (D) Apenas I e III.
- (E) I, II e III.